

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

DO REQUERIMENTO DE AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA
SOCIAL ACOMPANHADA PELA DIRETORA CLÍNICA DO HDES, DO PRESIDENTE DO
CONSELHO DIRETIVO REGIONAL DA SECÇÃO REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES DA ORDEM DOS ENFERMEIROS E DO COMANDANTE DA ASSOCIAÇÃO
HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PONTA DELGADA

DEZEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu nos dias 17.09, 08.10 e 31.10.2024 e das agenda destas reuniões constavam as audições do Presidente do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, Enfermeiro Pedro Soares, do Comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, e da Sra. Secretária Regional da Saúde e Ação Social, Dra. Mónica Seidi, acompanhada pela Diretora Clínica do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), Dra. Paula Macedo, respetivamente, no âmbito do Requerimento oral apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrático, para prestar esclarecimentos sobre os incidentes ocorridos no Hospital do Divino Espírito Santo, no âmbito do acompanhamento da Comissão das várias realidades que se relacionam com esses incidentes.

As audições decorreram na Delegação desta Assembleia Legislativa, na ilha de São Miguel, e ainda com recurso a meios telemáticos.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Ao abrigo das alíneas b) e f) do n.º 1 do artigo 105.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, as comissões têm, entre outros, o poder de solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e realizar audições parlamentares.

Ao abrigo do citado artigo, o Partido Social Democrata, através de requerimento oral dirigido ao Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, solicita a presença da Sra. Secretária Regional da Saúde e Ação Social, Dra. Mónica Seidi, acompanhada pela Diretora Clínica do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), Dra. Paula Macedo, do Presidente do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, Enfermeiro Pedro Soares, e do Comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, tendo tal requerimento merecido a aprovação por maioria, em reunião da Comissão, ocorrida a 16 de julho de 2024.

As matérias no âmbito de *saúde* são competência desta Comissão, nos termos do artigo 4.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril.



CAPÍTULO II

AUDIÇÃO

A senhora deputada Délia Melo do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrático, após a apresentação do requerimento oral entregue à Presidente desta Comissão, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, diligenciou no sentido de apresentar também um requerimento oral que deu origem às audições do Presidente do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, Enfermeiro Pedro Soares, do Comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, e da Sra. Secretária Regional da Saúde e Ação Social, Dra. Mónica Seidi, acompanhada pela Diretora Clínica do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), Dra. Paula Macedo, as quais referem que:

Da audição do Presidente do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, ocorrida em 17 de setembro de 2024, destaca-se que:

O enfermeiro Pedro Soares iniciou a sua intervenção agradecendo o convite feito à Ordem dos Enfermeiros para participar nesta audição e partilhar a sua visão sobre o incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) e as suas consequências. Salientou que a Ordem representa 2500 enfermeiros nos Açores, dos quais 647 exercem funções no HDES, representando cerca de 33% do total da Região, o que reforça a importância do trabalho que esta equipa desenvolve.

O Presidente da Ordem dos Enfermeiros, Enf. Pedro Soares, destacou o trabalho de proximidade realizado pela Ordem ao longo dos últimos quatro anos, sempre com o objetivo de garantir melhores cuidados à população açoriana, respeitando os princípios de qualidade e segurança. Recordou que a Ordem já tinha alertado publicamente, em várias ocasiões, para problemas estruturais e deficiências graves em diversas infraestruturas de saúde na Região, incluindo o HDES. Frisou que o incêndio foi o culminar de uma situação de desinvestimento e degradação que já se verificava há muitos anos.

Relatou que começou a sua carreira como enfermeiro em 2001, precisamente no HDES, numa altura em que o hospital tinha sido inaugurado recentemente e que, desde então, assistiu a uma degradação contínua das suas condições. Questionou onde estavam as vozes que agora se manifestam antes do incêndio de 4 de maio, sublinhando que as deficiências no HDES já eram conhecidas.

Sobre a resposta ao incêndio, elogiou a atuação imediata e eficaz das equipas de saúde, destacando o trabalho dos enfermeiros na evacuação dos utentes, mesmo em condições extremamente adversas, como corredores sem iluminação. Afirmou que a dispersão dos serviços



hospitalares por nove polos temporários foi um desafio, mas garantiu que os utentes continuaram a receber cuidados com segurança, graças ao esforço e profissionalismo das equipas de enfermagem.

Quanto ao hospital modular, considerou que foi uma solução necessária para dar resposta às necessidades emergentes, mas insistiu que não pode tornar-se uma solução permanente. Defendeu que a reconstrução do HDES deve ser uma prioridade e que esta deve ser uma oportunidade para corrigir falhas estruturais e construir um hospital moderno, adaptado às necessidades atuais e futuras.

O Enf. Pedro Soares concluiu a sua intervenção reafirmando o compromisso da Ordem dos Enfermeiros em trabalhar com todas as entidades envolvidas para garantir que os cuidados de saúde prestados à população açoriana continuem a ser de elevada qualidade, apesar das adversidades.

A Deputada Délia Melo (PSD) iniciou a primeira ronda, começando por reconhecer o trabalho dos profissionais de saúde, especialmente dos enfermeiros, durante e após o incêndio no HDES. Questionou se a estratégia adotada para lidar com a situação, incluindo a implementação do hospital modular, foi articulada com a Ordem dos Enfermeiros. Pediu ainda uma avaliação do impacto do hospital modular na resposta a emergências e informações sobre as condições de trabalho dos enfermeiros nesta fase.

Em resposta, o Enf. Pedro Soares explicou que a Ordem dos Enfermeiros esteve envolvida desde o início do processo, tendo sido consultada quanto às suas opiniões e recomendações. Referiu que a construção do hospital modular foi uma solução transitória viável, destacando exemplos de outros contextos, como o Hospital de São João, no Porto, onde uma solução semelhante foi implementada. No entanto, salientou que a eficácia do hospital modular depende da sua integração e complementaridade com as infraestruturas já existentes na ilha, incluindo o apoio de outros serviços de saúde.

Sobre as condições de trabalho dos enfermeiros, reconheceu que a dispersão dos serviços por vários polos criou uma pressão adicional sobre as equipas, que já enfrentavam desafios significativos antes do incêndio. Apesar disso, destacou o compromisso dos enfermeiros em garantir cuidados de qualidade e segurança aos utentes, afirmando que não houve degradação nos cuidados prestados, mas sim um aumento da dificuldade em manter os padrões de excelência. A deputada, em réplica, referiu que muitas vozes manifestaram a sua discordância em relação à implementação do hospital modular, alegando que o ideal era reabrir os serviços no Hospital Divino Espírito Santo, sob pena de se vir a comprometer a qualidade dos serviços prestados. Nesta sequência, questionou se existia uma colaboração ativa entre a Ordem dos Enfermeiros e o



Governo Regional para garantir que o hospital modular atendesse aos padrões de segurança e qualidade.

O Enf. Pedro Soares, no uso da contra-réplica, reconheceu que houve desafios iniciais, mas que estes foram gradualmente resolvidos e explicou também que o Hospital de Ponta Delgada não podia ter reaberto as suas portas sem a realização de obras, sendo que a preocupação da Ordem foi sempre que o hospital modular garantisse a prestação de cuidados com qualidade e segurança, algo que, de facto, acontece.

Sobre o cansaço, destacou que este não é um problema novo, mas que se agravou devido ao contexto atual. Afirmou que a falta de dotação segura de enfermeiros é uma questão estrutural no Sistema Regional de Saúde (SRS) e elogiou o reposicionamento na carreira, implementado recentemente, como uma medida motivacional importante para as equipas.

Seguidamente, o Deputado José Toste (PS) perguntou quais são as principais necessidades de reabilitação do HDES, considerando os danos provocados pelo incêndio e as deficiências pré-existentes. Quis saber se houve relatos de exaustão ou *burnout* entre os enfermeiros e se o hospital modular oferece uma capacidade de resposta semelhante à que existia antes do incêndio. Em resposta, o Enf. Pedro Soares defendeu que o HDES necessita de uma intervenção completa, com uma visão a longo prazo que corrija os erros do passado. Explicou que, antes do incêndio, já existiam falhas graves de segurança, como sistemas de emergência inoperacionais e que o incêndio apenas agravou uma situação que já era preocupante. Quanto ao *burnout*, reconheceu que é uma realidade entre os profissionais de saúde, mas sublinhou que este é um problema estrutural, intensificado pelas dificuldades enfrentadas nos últimos anos.

Em relação ao hospital modular, afirmou que este cumpre uma função de apoio e que os cuidados prestados continuam a ser seguros. No entanto, destacou que a capacidade do hospital modular é limitada e que a sua eficácia depende de uma articulação cuidadosa com outras infraestruturas na ilha.

O deputado José Toste (PS), no uso da réplica, perguntou se há planos para reativar serviços no edifício principal do HDES, de forma a reduzir a dependência do hospital modular, e pediu uma estimativa para a duração da transição.

No uso da contra-réplica, o Enf. Pedro Soares afirmou que a reativação de serviços no HDES deve ser uma prioridade e que o hospital modular não deve substituir, mas complementar os serviços existentes. Reiterou ainda a necessidade de avançar rapidamente com a reconstrução do HDES, mas reconheceu que é difícil prever um prazo exato para a conclusão deste processo, destacando que o planeamento adequado é essencial para evitar erros.

Ainda durante a primeira ronda, o Deputado António Lima (BE) quis saber se o hospital modular tem capacidade suficiente para suportar a reabilitação do HDES e como a dispersão dos serviços



está a impactar a prestação de cuidados de saúde. Questionou também qual seria a solução ideal para garantir a continuidade dos serviços durante a transição.

Em resposta, o Enf. Pedro Soares destacou que o hospital modular é uma solução transitória e que não pode ser considerado um substituto permanente para o HDES. Explicou também que a dispersão dos serviços aumentou a dificuldade na prestação de cuidados, mas garantiu que os padrões de qualidade estão a ser mantidos. Considerou que a solução ideal passa por um equilíbrio entre a utilização do hospital modular e a reabilitação gradual do HDES, com o mínimo de interrupções possíveis nos serviços.

O Deputado António Lima (BE), no uso da réplica, perguntou se a dispersão dos serviços pode aumentar os atrasos nas consultas e cirurgias e se a Ordem tem medidas específicas para mitigar este impacto.

Neste contexto, o Enf. Pedro Soares reconheceu que a dispersão dos serviços e a limitação de recursos aumentam o risco de atrasos. No entanto, destacou que a implementação do modelo de enfermeiro de família, que está a ser desenvolvido nos Açores, será essencial para garantir um acompanhamento mais próximo e eficaz dos utentes, minimizando os impactos negativos.

A última intervenção desta ronda foi da Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), que começou por reconhecer o trabalho desenvolvido pelos enfermeiros e questionou se a solução do hospital modular, defendida pelo Governo Regional e proposta pelo Conselho de Administração do HDES, foi a mais adequada ou se teria sido mais eficaz proceder à recuperação faseada do edifício principal do HDES. Perguntou ainda sobre a abertura do Governo Regional para responder aos constrangimentos do dia a dia das equipas de enfermagem e sobre os esforços para melhorar as condições dos enfermeiros, especialmente em relação à retenção dos formados nos Açores.

O Enf. Pedro Soares, em resposta, defendeu que o hospital modular é uma solução de apoio importante e que faz sentido no contexto atual, uma vez que permite continuar a prestar cuidados enquanto se realiza a recuperação do HDES. Afirmou que a infraestrutura modular é indispensável para garantir a continuidade dos serviços, mas sublinhou que esta deve ser transitória e usada como complemento à reconstrução do HDES.

Quanto à relação com o Governo Regional, afirmou que tem havido uma comunicação aberta e que a Ordem dos Enfermeiros tem participado no acompanhamento e resolução dos problemas que surgem. Sobre a retenção de enfermeiros, destacou que a formação de profissionais nos Açores é insuficiente para colmatar as necessidades, especialmente tendo em conta a saída de muitos para a reforma nos próximos anos. Sublinhou a importância de reter os formados na região e alertou para os riscos de perda de talentos para o estrangeiro, que oferece condições mais atrativas.



A Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) perguntou se o Enf. Pedro Soares considera que o Governo Regional tem feito um esforço visível para melhorar as condições da profissão e como avalia as medidas recentemente implementadas, como o reposicionamento na carreira dos enfermeiros.

Em contra-réplica, o Enf. Pedro Soares afirmou que o reposicionamento na carreira foi uma medida importante e motivadora para as equipas, sobretudo porque corrigiu injustiças de longa data. Aplaudiu o facto de os Açores estarem à frente do continente nessa questão, mas alertou que ainda há muito a ser feito para melhorar as condições de trabalho e a fixação dos profissionais na Região. Neste sentido, destacou que o maior desafio continua a ser garantir dotações seguras e contratos estáveis, que são fundamentais para atrair e reter enfermeiros.

O Deputado José Toste (PS) iniciou a segunda ronda de questões, reiterando uma das questões já colocada anteriormente relativa à duração estimada do período transitório com o hospital modular e quis saber se a Ordem dos Enfermeiros considera que existe o risco de esta solução se tornar permanente, como aconteceu noutros contextos, mencionando o exemplo do Hospital de São João. Perguntou ainda se a falta de informação inicial às equipas já foi resolvida e se a dispersão dos serviços justifica a contratação de enfermeiros adicionais.

O Enf. Pedro Soares respondeu que a Ordem dos Enfermeiros vê o hospital modular como uma solução transitória necessária para garantir a prestação de cuidados enquanto o HDES é reabilitado. Afirmou que a permanência do hospital modular como solução definitiva seria um erro, e que este deve ser utilizado apenas como apoio durante o período de transição. Reconheceu que a falta de informação inicial foi uma questão levantada pela Ordem, mas que foi rapidamente solucionada com ações de formação e reforço da comunicação com as equipas.

Quanto à contratação de mais enfermeiros, afirmou que esta é uma necessidade urgente e que já existia antes do incêndio. Sublinhou também que o contexto atual exige uma resposta ainda mais robusta, especialmente para lidar com a dispersão dos serviços e as exigências adicionais do hospital modular. Alertou para a importância de contratos estáveis, evitando soluções precárias como recibos verdes.

No uso da réplica, o Deputado José Toste (PS) insistiu em saber qual seria o período máximo aceitável para a utilização do hospital modular e perguntou se a dispersão dos serviços está a impactar a motivação das equipas de enfermagem.

Em resposta, o Enf. Pedro Soares afirmou que é difícil estabelecer um prazo exato para a transição, mas sublinhou que cinco anos, como sugerido em outros contextos, seria um período demasiado longo. Reiterou que a reconstrução do HDES deve avançar em paralelo com a operação do hospital modular para reduzir ao máximo o período de transição. Quanto à motivação das equipas,



reconheceu que a dispersão cria desafios, mas destacou que os enfermeiros têm demonstrado um compromisso excepcional, garantindo que os cuidados continuam a ser prestados com qualidade.

Ainda na segunda ronda, a Deputada Salomé Matos (PSD) perguntou como a pressão mediática e as múltiplas opiniões externas sobre o funcionamento do HDES afetam os profissionais de saúde, em particular os enfermeiros. Quis também saber se a Ordem dos Enfermeiros identifica sinais de degradação dos cuidados prestados e como avalia a gestão dos primeiros dias após o incêndio.

O Enf. Pedro Soares respondeu que a pressão mediática e o "ruído" gerado por opiniões não especializadas criam desafios adicionais, especialmente porque muitas dessas opiniões chegam aos utentes e afetam a sua perceção do Sistema de Saúde. No entanto, afirmou que os enfermeiros estão habituados a lidar com situações de alta pressão e que continuam a desempenhar as suas funções com profissionalismo. Sobre a possível degradação dos cuidados, garantiu que, apesar das dificuldades, os padrões de qualidade foram mantidos. Atribuiu isto ao compromisso e resiliência dos enfermeiros, que têm trabalhado arduamente para superar os desafios criados pela dispersão dos serviços e pela falta de recursos.

Quanto à gestão dos primeiros dias, considerou que foi exemplar, destacando a organização e o trabalho em equipa das várias entidades envolvidas. Citou a evacuação dos doentes como um exemplo de eficiência e coordenação, apesar das condições adversas.

Em réplica, a Deputada Salomé Matos (PSD) perguntou se a Ordem dos Enfermeiros se sente plenamente integrada no processo de decisão e se há áreas em que a comunicação com a tutela pode ser melhorada.

Em contra-réplica, o Enf. Pedro Soares afirmou que a Ordem tem estado envolvida desde o primeiro dia e que a comunicação com a tutela tem sido positiva. Destacou que a Ordem tem partilhado sugestões e alertado para problemas à medida que surgem, como a necessidade de reforçar a segurança no serviço de urgência da Ribeira Grande. Reconheceu que há sempre espaço para melhorar a articulação, mas elogiou a abertura da tutela para ouvir as preocupações da Ordem e implementar medidas corretivas.

No seguimento dos esclarecimentos já prestados ao longo de toda a audição, inscreveu-se para a terceira ronda o Deputado José Toste (PS), que voltou a intervir para abordar as consequências do atraso nas consultas e cirurgias para os utentes. Perguntou se a Ordem dos Enfermeiros considera que esses atrasos exigirão cuidados adicionais no futuro e como os enfermeiros podem preparar-se para dar resposta a uma população que, em muitos casos, terá necessidades mais complexas devido a diagnósticos e intervenções tardias.

Em resposta, o Enf. Pedro Soares reconheceu que os atrasos nas consultas e cirurgias são inevitáveis em situações como a que se vive no HDES e que, em muitos casos, isso pode agravar as condições de saúde dos utentes. Afirmou que a rede de cuidados de saúde primários nos



Açores, especialmente com a implementação do modelo de enfermeiro de família, será essencial para identificar e acompanhar esses casos de forma mais eficaz. Sublinhou que os enfermeiros estão habituados a lidar com cenários desafiadores e que estão preparados para adaptar os cuidados às necessidades emergentes da população.

Da audição do Comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, ocorrida em 08 de outubro de 2024, destaca-se que:

O Comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, Cmdt. Nuno Barbosa, começou por cumprimentar as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados, assim como a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Explicou que a sua presença tinha como objetivo prestar esclarecimentos sobre o incêndio ocorrido no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) no dia 4 de maio de 2024. Para facilitar o entendimento, preparou um resumo do relatório técnico que documenta o evento, dado que o relatório original é extenso e técnico.

O Cmdt. Nuno Barbosa descreveu que o incêndio começou no posto de transformação do Piso 2, local onde estavam instalados equipamentos elétricos e materiais de combustível sólido. Posteriormente, a situação agravou-se devido à ignição de hidrocarbonetos, mais especificamente gasóleo, que escorreu dos circuitos de distribuição e encontrou temperaturas acima do ponto de autoignição. As operações de combate iniciais, entre as 9h30 e as 10h15, decorreram dentro do posto de transformação. No entanto, as condições tornaram-se insustentáveis devido às elevadas temperaturas e à acumulação de gases combustíveis, o que levou à retirada das equipas para manobras de ataque indireto a partir do exterior.

Mais tarde, pelas 11h10, após informações sobre acessos ao piso 1, foi possível enviar uma equipa de reconhecimento. Este grupo encontrou novos focos de incêndio na galeria técnica, o que levou a uma reformulação da estratégia de combate. Pelas 15h10, o incêndio foi formalmente declarado como dominado, apesar de ainda existirem pequenos focos que foram sendo combatidos em operações subsequentes.

O Comandante sublinhou a gravidade das condições enfrentadas pelas equipas, destacando temperaturas que superaram os 660°C, suficientes para fundir peças de alumínio. Explicou ainda que o prolongamento das operações se deveu à complexidade do evento, especialmente após o "acidente dentro do acidente", quando a queima de hidrocarbonetos gerou um novo ciclo de propagação. Apesar de tudo, a coordenação entre as várias entidades envolvidas foi exemplar, nomeadamente na evacuação do hospital, que decorreu sem intercorrências. Terminou a sua intervenção enfatizando que as decisões foram tomadas com base na segurança das equipas e na garantia de eficácia e eficiência das operações.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Deputada Délia Melo (PSD) abriu a primeira ronda, começando por agradecer a presença do Comandante Nuno Barbosa, aproveitando ainda para manifestar o reconhecimento ao trabalho dos bombeiros no dia do incêndio. Destacou que, apesar do relatório apresentado pelos bombeiros ser detalhado e elucidativo, surgiram críticas do Eng.º João Mota Vieira relativamente à atuação das equipas. Segundo o engenheiro, "os bombeiros não têm conhecimentos, formação ou equipamentos para aquele tipo de incêndio", e que "não é normal um incêndio daqueles demorar sete horas". Neste contexto, pediu ao Comandante que comentasse estas declarações. O Comandante começou por referir que conhece o Eng.º João Mota Vieira há vários anos e que mantém uma relação de respeito e cordialidade com o mesmo. No entanto, não concorda com as afirmações feitas. Explicou que os bombeiros estão devidamente formados para lidar com incêndios urbanos estruturais, possuindo formação específica que inclui cursos de combate a incêndios urbanos nível 1 e 2, bem como o curso de controlo de flashover. Salientou que esta formação foi essencial para evitar que os bombeiros enfrentassem situações críticas, como flashover ou combustão de gases de incêndio, que poderiam ter causado vítimas entre os operacionais.

Relativamente aos equipamentos, o Comandante sublinhou que os meios utilizados – nomeadamente água e espuma física – são os apropriados para este tipo de incêndio. As dificuldades encontradas deveram-se à queima de hidrocarbonetos, que é um fenómeno de grande complexidade, mas em nenhum momento houve falta de meios ou de recursos adequados. Concluiu afirmando que todas as decisões foram tomadas para garantir a segurança das equipas, mesmo que isso tenha implicado um maior tempo de operações.

No uso da réplica, a Deputada Délia Melo (PSD) agradeceu os esclarecimentos e reiterou o seu reconhecimento pelo trabalho realizado. Sublinhou que as explicações do Comandante demonstraram claramente que os bombeiros dispõem de formação, conhecimentos e equipamentos adequados, e que as críticas apresentadas pelo Eng.º João Mota Vieira não têm fundamento.

Seguidamente, o Deputado José Toste (PS) começou por agradecer a presença do Comandante Nuno Barbosa, destacando o impacto significativo do incêndio e reconhecendo a dificuldade das decisões tomadas em condições tão adversas. Questionou quantos bombeiros sofreram lesões durante as operações e se estas estavam relacionadas com deficiências nos equipamentos de proteção individual.

Em resposta, o Cmdt. Nuno Barbosa explicou que sete bombeiros registaram ferimentos ligeiros, sendo três evacuados para o hospital devido a golpes de calor. Acrescentou que um dos bombeiros regressou voluntariamente ao teatro de operações após ser avaliado. As lesões incluíram pequenas queimaduras, uma no pescoço, causada pelo deslocamento da gola do equipamento, e



outra na mão, resultante do superaquecimento de uma luva molhada. Esclareceu que estas situações não estão relacionadas com deficiências nos equipamentos de proteção, mas sim com as condições extremas enfrentadas durante as operações. Os equipamentos têm limites de resistência térmica, e a saturação foi inevitável perante as temperaturas elevadas.

Em réplica, o Deputado José Toste (PS) agradeceu a resposta detalhada e destacou a coragem e o profissionalismo dos bombeiros perante condições tão adversas. Reiterou o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pela capacidade das equipas em lidar com desafios extremos. Posteriormente, seguiu-se a intervenção do Deputado António Lima (BE), que dirigiu três questões ao Comandante: perguntou se o hospital possuía sistemas automáticos de deteção e extinção de incêndios, quais as medidas que poderiam ser implementadas para evitar a propagação de fumos em infraestruturas semelhantes e se os bombeiros dispõem de todos os equipamentos necessários, em quantidade suficiente, para lidar com incêndios desta dimensão.

Relativamente à primeira questão, o Cmdt. Nuno Barbosa afirmou desconhecer se o hospital dispunha de sistemas automáticos de deteção e extinção de incêndios, mas salientou que, se existiam, não foram eficazes neste caso. Explicou que há soluções técnicas disponíveis para minimizar os efeitos de incêndios em infraestruturas, como sistemas de desenfumagem e compartimentação corta-fogo, mas que isso depende do design e manutenção das instalações.

Sobre os equipamentos dos bombeiros, destacou que, embora tenham sido suficientes para este incêndio, há sempre necessidade de melhorar, especialmente no que toca à quantidade. Equipar um bombeiro adequadamente custa cerca de 3800 €, o que exige investimentos contínuos. Por fim, sublinhou que, apesar das dificuldades, os meios e os agentes extintores utilizados – água e espuma física – foram adequados e eficazes.

O Deputado António Lima (BE) agradeceu a resposta e destacou a importância de continuar a investir em equipamentos e infraestruturas. Reforçou o reconhecimento pelo trabalho dos bombeiros, especialmente em situações tão complexas como o incêndio no HDES.

Ainda na 1ª ronda, a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) começou por agradecer a presença do Comandante e aproveitou para reconhecer o trabalho exemplar dos bombeiros no combate ao incêndio. Perguntou se considera que os bombeiros têm acesso a toda a formação necessária para lidar com este tipo de situações e como responde às críticas de falta de eficiência no combate ao incêndio, mencionadas no relatório do Eng.º João Mota Vieira.

Em resposta, o Comandante Nuno Barbosa explicou que, em termos de formação para incêndios urbanos estruturais, os bombeiros da Região têm acesso a cursos de elevada qualidade, que têm mostrado resultados positivos em várias situações. No entanto, reconheceu que há áreas menos exploradas, como matérias perigosas, que poderiam ser alvo de maior investimento.



Quanto à questão da eficiência, sublinhou que as operações foram prolongadas devido ao "acidente dentro do acidente", que envolveu a ignição de hidrocarbonetos. Decidiu não declarar o incêndio extinto até garantir que não havia focos ativos, enfatizando que a segurança das equipas e a prevenção de reacendimentos foram prioritárias. Considerou que esta decisão foi a mais responsável e adequada, mesmo que tenha aumentado a duração das operações.

A Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) agradeceu os esclarecimentos e concordou que as decisões tomadas foram prudentes e responsáveis. Reforçou o reconhecimento pelo trabalho realizado e destacou a importância de continuar a capacitar e equipar os bombeiros da Região. Não existindo mais inscrições, deu-se por terminada esta audição.

Da audição da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, acompanhada pela Diretora Clínica do Hospital do Divino Espírito Santo, Dra. Paula Macedo, ocorrida em 31 de outubro de 2024, destaca-se que:

A Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, Dra. Mónica Seidi, acompanhada pela Diretora Clínica do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), Dra. Paula Macedo, iniciou a sua intervenção saudando os participantes das audições anteriores e reforçando pontos já mencionados. Ressaltou que as decisões tomadas no âmbito da estratégia para o HDES não partiram apenas da tutela ou do Conselho de Administração do HDES, mas alinham-se com a estratégia definida pela Direção Técnica do Hospital e assumida pelo Governo Regional dos Açores. Referiu-se ao papel fundamental das entidades envolvidas na gestão da calamidade desde o dia 4 de maio, destacando o trabalho dos bombeiros da Ilha de São Miguel e do Comandante dos Bombeiros de Ponta Delgada, que demonstraram um desempenho exemplar. Sublinhou que, face à situação atual, seria irresponsável retornar às condições do HDES antes do incêndio, tanto para os utentes quanto para os profissionais de saúde.

A Sra. Secretária destacou também a retoma faseada dos serviços, baseada na redução do risco clínico e na garantia de segurança para utentes e profissionais. Informou que duas salas de bloco operatório no HDES foram reativadas, permitindo desocupar a Clínica do Bom Jesus e retomar parcialmente a atividade cirúrgica. Acrescentou que, a partir de novembro, a Cardiologia retornará ao HDES, oferecendo consultas externas, internamento e parte do serviço de urgência.

No âmbito do planeamento, a Secretária revelou que já foi rececionada a primeira parte do programa funcional, elaborado por uma das empresas contratadas, que projeta as necessidades futuras do hospital. Este programa baseia-se em dados assistenciais e demográficos dos últimos cinco anos, analisando a atividade atual e prevendo uma ampliação das infraestruturas e dos serviços médicos.



Concluiu a sua intervenção inicial reafirmando o compromisso do Governo Regional em modernizar o HDES e assegurar um serviço de saúde de qualidade, respeitando sempre os princípios da segurança e eficiência.

Aberta a primeira ronda de questões, a Deputada Délia Melo (PSD) começou por cumprimentar a Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social e a Dra. Paula Macedo, reconhecendo os esclarecimentos prestados até então. A sua questão centrou-se na escolha da modalidade de renting para os equipamentos do hospital modular, solicitando esclarecimentos sobre as razões que estiveram na base dessa decisão e quais as vantagens concretas dessa opção.

Às questões colocadas a Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Dra. Mónica Seidi), respondeu que a opção pelo renting foi tomada pelo Governo Regional dos Açores para garantir os melhores equipamentos dentro dos limites orçamentais definidos, assegurando uma resposta adequada às necessidades da saúde regional. Referiu que muitos dos equipamentos do HDES eram antigos, com mais de 20 anos de utilização, e que a modalidade de renting inclui manutenção, atualização de software, substituição de peças e formação dos utilizadores, proporcionando maior segurança e qualidade nos cuidados de saúde.

Explicou que a escolha também visou respeitar o orçamento disponível de 6 milhões de euros para a aquisição de equipamentos, evitando encargos adicionais ao erário público. Sublinhou ainda que esta decisão permitiu substituir equipamentos obsoletos, sem comprometer o orçamento global ou a qualidade dos serviços.

Perante os esclarecimentos, a Deputada Délia Melo (PSD) replicou, realçando o facto de estarem previstos diversos investimentos para as Unidades de Saúde de Ilha, o que confirma a prioridade dada por este Governo, em sede de Plano e Orçamento, no que há saúde diz respeito. Acrescentou ainda, que daqui se conclui que apesar da recuperação do HDES absorver uma grande fatia da dotação financeira disponível para a área da saúde, as restantes entidades com intervenção nesta área não serão negligenciadas.

Sobre esta constatação, a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social reafirmou que o Governo Regional dos Açores não esqueceu as outras Unidades de Saúde e que tem promovido investimentos significativos em todas as ilhas. Neste contexto, destacou a instalação de novos equipamentos de radiologia em locais como as ilhas Graciosa, Flores e Santa Maria, além das melhorias realizadas no Centro de Saúde da ilha de São Miguel. Enfatizou que a descentralização dos serviços de saúde é uma prioridade, reduzindo a pressão sobre o HDES e aproximando os cuidados das populações locais.

Seguiu-se a intervenção do Deputado José Toste (PS), que aludiu ao facto de, com base em audições anteriores, terem sido mencionadas tensões no Conselho de Administração do HDES relacionadas com o hospital modular. Pelo exposto, questionou a Sra. Secretária Regional da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Saúde e Segurança Social se houve divergências entre os membros do Conselho de Administração do HDES sobre a necessidade desta infraestrutura e se a Direção Clínica foi instruída a justificar esta decisão. Perguntou também se foi uma escolha do Governo Regional dos Açores liderar o processo, afastando o Conselho de Administração, e se houve interferência na reposição dos serviços ao estado pré-incêndio.

Em resposta, a Sra. Secretária Regional da Saúde, Dra. Monica Seidi, afirmou que o hospital modular foi uma decisão consensual, tomada na primeira reunião do grupo de trabalho, com a concordância da então Presidente do Conselho de Administração do HDES. Esclareceu ainda, que não recebeu comunicações indicando oposição interna a esta decisão. Quanto à liderança do processo, reafirmou que foi uma escolha do Governo Regional, uma vez que os recursos financeiros estavam inscritos no Plano de Investimentos, o que legitimava esta ação.

No uso da réplica, o Deputado José Toste (PS) insistiu, pedindo esclarecimentos sobre as tensões relatadas e questionando se o hospital modular é uma infraestrutura temporária e móvel ou se permanecerá no HDES após a conclusão da remodelação.

Em contra-réplica, a Sra. Secretária Regional da Saúde Regional da Saúde e Segurança Social explicou que o hospital modular foi projetado como uma estrutura móvel, que pode ser transferida para outras ilhas em casos de necessidade. No entanto, destacou que, enquanto estiver no HDES, servirá o Serviço Regional de Saúde. Acrescentou que a sua eventual utilização como centro de simulação ou outra valência será estudada no futuro, mas que a estrutura continuará a beneficiar a saúde regional de forma significativa.

No seguimento ainda desta primeira ronda, o Deputado António Lima (BE) perguntou se será cumprido o prazo para a entrada em funcionamento, em todas as suas valências, do hospital modular. Questionou ainda se a escolha pelo renting para a aquisição dos equipamentos foi uma opção estratégica ou uma necessidade imposta pelas limitações orçamentais. Por fim, inquiriu por que motivo não se adota o renting como prática padrão, caso seja tão vantajoso.

A Sra. Secretária Regional da Saúde, Dra. Monica Seidi, afirmou que o prazo para a entrada em pleno funcionamento do hospital modular está previsto para o último trimestre do ano e que, até ao momento, não foram identificados atrasos significativos. Quanto ao renting, esclareceu que foi uma escolha estratégica do Governo Regional, motivada pela necessidade de garantir equipamentos de qualidade com um custo controlado. Explicou que o renting inclui benefícios como a manutenção, formação e atualizações, permitindo maior segurança e eficiência no uso dos equipamentos.

Concluiu que o renting poderá ser considerado para outras aquisições futuras, caso continue a demonstrar vantagens em termos de custo-benefício e modernização dos serviços.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado António Lima (BE), no uso da réplica, destacou uma contradição entre as declarações da Secretária Regional da Saúde e as da Presidente do Conselho de Administração do HDES. Segundo o Deputado, enquanto a Secretária defende o renting como uma escolha estratégica, a Presidente do Conselho de Administração havia referido que a decisão decorreu de limitações financeiras no orçamento disponível.

Além disso, o Deputado questionou a alegação de que a manutenção e outros serviços associados ao renting seriam vantagens, argumentando que esses mesmos serviços podem ser incluídos em contratos de aquisição a pronto, sobretudo em compras de grande volume, permitindo dispensar os juros que o renting acarreta.

Relativamente ao hospital modular, António Lima (BE) mencionou que a urgência ainda não está a funcionar em pleno, o que contradiz as expectativas iniciais. Citou a Ordem dos Médicos, que, em audição recente, sublinhou a necessidade de ajustes, como a melhoria das salas de espera. Questionou o planeamento do Governo para o inverno, altura de maior afluência, e se a abertura do hospital modular permitiria cessar a utilização dos serviços da CUF, dado os custos e dificuldades logísticas associados a este recurso externo.

A Sra. Secretária Regional da Saúde, Dra. Monica Seidi, respondeu agradecendo as questões e esclareceu que o planeamento para o inverno já está em curso. Mencionou que o serviço de urgência do hospital modular dispõe de uma área posterior com boxes individualizadas que permitirá um aumento da capacidade para internamento. Este espaço já está projetado para acolher pacientes em situações de maior complexidade, sobretudo nos picos de afluência.

Sublinhou que, em articulação com a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, o Governo está a melhorar o acesso aos cuidados de saúde primários. Referiu que os centros de saúde têm agora maior capacidade diagnóstica, incluindo serviços de radiologia e análises clínicas, e que há um esforço contínuo para comunicar aos utentes a importância de recorrerem a estes serviços antes de procurarem o hospital modular. Reiterou que a estratégia do Governo não será reativa, mas sim antecipatória, para evitar sobrecarga durante os meses de inverno.

Sobre a questão do renting, a Sra. Secretária defendeu que a opção foi tomada dentro de um rigor financeiro que respeitou as limitações do orçamento. Explicou que, embora o valor disponível não permitisse a compra de todos os equipamentos a pronto, o renting possibilitou a inclusão de serviços adicionais, como manutenção, formação e atualização tecnológica, que não estariam incluídos numa compra direta.

A título de exemplo, comparou a situação à aquisição de um automóvel, onde serviços adicionais, como ar condicionado ou estofos em pele, implicam custos adicionais. Enfatizou que o renting permite que esses serviços estejam integrados, oferecendo uma solução mais abrangente e ajustada às necessidades do HDES.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Quanto à utilização da CUF, a Sra. Secretária Regional da Saúde Regional da Saúde e Segurança Social, explicou que, mesmo com o funcionamento pleno do hospital modular, a transição de todos os serviços ainda será gradual e dependerá da segurança e capacidade operacional do HDES. Afirmou que o Governo Regional dos Açores está empenhado em reduzir os custos e dificuldades logísticas associadas à CUF, mas sem comprometer a qualidade dos cuidados prestados aos utentes.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) iniciou a sua intervenção agradecendo a presença da Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, Dra. Monica Seidi, e da Diretora Clínica do HDES, Dra. Paula Macedo, e referiu que tinha várias questões de seguimento relativamente às respostas dadas em audições anteriores.

A primeira questão incidiu sobre o motivo pelo qual não foram transferidos para o hospital modular os equipamentos existentes na Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) e na urgência do HDES, que, segundo ela, poderiam acelerar o início do funcionamento pleno do hospital modular. Referiu que, anteriormente, a explicação foi que os equipamentos eram sensíveis e poderiam ser danificados no transporte, mas questionou como essa sensibilidade seria compatível com a realização de obras no HDES, que também poderiam danificar os mesmos equipamentos.

A segunda questão foi sobre as áreas de urgência do hospital modular e do HDES. Hélia Cardoso afirmou que recebeu informações de que a urgência do hospital modular seria significativamente menor do que a do HDES, o que impactaria a circulação de profissionais e utentes. Pediu esclarecimentos sobre as dimensões reais de ambas as áreas.

Por fim, a Deputada Hélia Cardoso (CH) questionou as declarações da Ordem dos Médicos sobre a insuficiência da instalação elétrica do HDES para suportar um aumento da atividade. Pediu à Sra. Secretária, Dra. Monica Seidi, para confirmar se esta limitação é real e quais os planos para superar tal desafio.

A Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, começou por abordar a questão da instalação elétrica do HDES. Explicou que, após o incêndio, o sistema elétrico do hospital foi reestruturado, passando de um circuito único para três quadros gerais interligados em circuito estrela, aumentando a segurança e redundância. Afirmou que, ao seu conhecimento, não há limitações significativas de capacidade elétrica, mas admitiu que podem existir falhas pontuais em determinadas zonas. Ressaltou, porém, que o sistema atual é mais robusto do que o anterior.

Relativamente à área da urgência do hospital modular, a Secretária explicou que o espaço atualmente em uso não representa a área final da urgência, pois está previsto um alargamento para responder aos picos de procura durante o inverno. Este alargamento incluirá boxes individualizadas para doentes em maca, aumentando significativamente a capacidade da urgência. Informou ainda que o espaço final será maior do que o da urgência do HDES e estará organizado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

de forma moderna, com um sistema de ilha que privilegia a visibilidade e a centralização dos monitores, de acordo com boas práticas internacionais.

Quanto aos equipamentos, a Sra. Secretária esclareceu que nem todos os equipamentos da UCI e da urgência do HDES estão obsoletos. Contudo, explicou que, para equipar o hospital modular, seria necessário recolher materiais que estão atualmente dispersos em várias instituições que prestam apoio ao HDES, como a CUF, a Clínica do Bom Jesus, e os SAU (Serviços de Atendimento Urgente). Ressaltou que esta dispersão dificulta a concentração de equipamentos no hospital modular e reforçou que haverá uma transição de equipamentos do HDES para o hospital modular quando necessário.

A Deputada, no uso da réplica, agradeceu os esclarecimentos e insistiu em dois pontos. Primeiro, perguntou se os utentes com pulseiras verdes e azuis triados no hospital modular são encaminhados para os SAU das suas áreas de abrangência.

Em segundo lugar, reiterou a sua preocupação com a sala de espera da urgência do hospital modular, onde alguns utentes têm aguardado no exterior. Questionou se não era possível antecipar uma solução para esta situação e pediu um esclarecimento sobre se a área da urgência alargada será equivalente, em dimensões, à do HDES.

Em contra-réplica, a Sra. Secretária esclareceu que, atualmente, os doentes triados como pulseiras verdes e azuis não são automaticamente encaminhados para os SAU pois tal decisão depende de um protocolo formal entre a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel (USISM) e o HDES. Este protocolo está em fase de finalização e estabelecerá a responsabilidade de cada instituição no transporte dos utentes, garantindo que não há riscos ou responsabilizações indevidas em caso de intercorrências.

Quanto à sala de espera do hospital modular, a Sra. Secretária reconheceu que a situação atual é insuficiente para a procura registada e que a necessidade de reorganizar este espaço já foi identificada. Confirmou que o alargamento da urgência no hospital modular aumentará substancialmente a sua capacidade, tornando o espaço mais amplo e funcional do que a urgência do HDES. Enfatizou que o novo modelo segue recomendações internacionais, com um espaço aberto e organizado para maximizar a eficiência e a segurança.

Por fim, a Secretária reiterou que o Governo está a trabalhar para aliviar a pressão sobre os serviços de urgência, promovendo o uso dos SAU e disponibilizando consultas do dia nos centros de saúde, de forma a garantir que os casos de menor complexidade sejam tratados fora do hospital modular.

No final desta primeira ronda, interveio ainda a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) começando a sua intervenção agradecendo à Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, Dra. Monica Seidi, pelos esclarecimentos prestados até ao momento. Considerou positivo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

que, entre as principais preocupações do Partido Socialista, estivessem temas como divergências no Conselho de Administração, o que, para a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), reflete que a gestão atual está a decorrer de forma adequada.

Feita esta introdução, colocou três questões à Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

Primeiro, perguntou à Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social quais os desafios mais significativos que o Governo Regional enfrenta a curto e médio prazo na gestão do HDES e do Serviço Regional de Saúde, destacando a aproximação ao pico de inverno como um tema de especial relevância.

Em segundo lugar, abordou o hospital modular, pedindo confirmação sobre o cumprimento da previsão de entrada em funcionamento pleno ainda no último trimestre do ano.

Por fim, mencionou as listas de espera, uma preocupação partilhada por todos os deputados e pelos utentes. Pediu um ponto de situação detalhado sobre as medidas que estão a ser implementadas para reduzir as listas de espera de cirurgias, consultas e exames complementares de diagnóstico.

A Senhora Secretária iniciou a sua resposta agradecendo a intervenção da Deputada Catarina Cabeceiras e sublinhou que os desafios a curto prazo incluem a preparação para o pico de inverno, altura em que se registam aumentos na procura por serviços de saúde devido a doenças respiratórias, como gripe e bronquiolites. Destacou o esforço do Governo Regional dos Açores na promoção da vacinação contra a gripe, COVID-19 e o vírus sincicial respiratório, especialmente para grupos de risco, como crianças. Reforçou a necessidade de um compromisso preventivo por parte dos utentes para evitar a sobrecarga nos serviços de saúde.

Sobre o hospital modular, confirmou que está planeado para entrar em funcionamento pleno no último trimestre do ano, integrando serviços de grande complexidade técnica, como blocos operatórios, cuidados intensivos, bloco de partos e neonatologia. Ressaltou que todos os equipamentos passarão por testes rigorosos para garantir a segurança dos utentes, e assegurou que o Governo Regional não abrirá mão da qualidade e segurança nos serviços prestados.

Relativamente às listas de espera, a Secretária reconheceu que houve um aumento de cerca de 2% ao mês desde o incêndio no HDES, resultado da redução do número de blocos operatórios disponíveis. Explicou que a reposição da capacidade cirúrgica é uma prioridade para o Governo Regional e que o objetivo para 2024 é recuperar o volume de cirurgias realizado até abril de 2023. Para enfrentar o desafio, mencionou a separação das atividades de cirurgia eletiva e cirurgia de ambulatório, como preconizado na Portaria da Cirurgia de Ambulatório, e destacou que esta medida permitirá um melhor planeamento e execução. Referiu ainda que o Governo está a trabalhar em conjunto com os profissionais de saúde para aumentar a produção cirúrgica em



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

regime adicional, com sessões marcadas para outubro e novembro. Informou que, no mês de dezembro, haverá atividade cirúrgica em três dos cinco domingos, o que reflete o compromisso dos profissionais em reduzir as listas de espera.

Concluiu reafirmando que as cirurgias prioritárias e urgentes nunca estiveram comprometidas e que a gestão das listas de espera é uma prioridade, estando a ser alocados recursos significativos no Plano de Investimentos de 2025 para recuperar a atividade cirúrgica, consultas e exames.

A Deputada Catarina Cabeceiras agradeceu os esclarecimentos prestados pela Senhora Secretária e afirmou que, no momento, não tinha mais questões adicionais, considerando-se esclarecida.

Aberta a segunda ronda, a Deputada Hélia Cardoso (CH) iniciou a sua intervenção questionando a Senhora Secretária Regional da Saúde sobre dois pontos.

Primeiro, pediu esclarecimentos sobre a razão de existirem duas empresas envolvidas na elaboração do programa funcional do HDES, mencionando que foi dito que uma primeira fase já tinha sido concluída e entregue por uma empresa, e que haveria uma segunda fase realizada por outra empresa. Solicitou explicações sobre a escolha de duas empresas para este processo.

Em segundo lugar, perguntou quais os investimentos, nomeadamente em equipamentos e obras, que estão abrangidos pela declaração de calamidade, questionando se esta medida inclui simplificações nos processos de aquisição e implementação.

A Senhora Secretária Regional da Saúde Regional da Saúde e Segurança Social, Dra. Monica Seidi, começou por esclarecer que o Governo Regional dos Açores optou por encomendar dois programas funcionais para o HDES, com o objetivo de garantir uma análise mais participada e uma maior qualidade no resultado final. Explicou que a primeira parte do programa funcional já foi concluída e consiste na projeção da atividade assistencial do hospital. Esta etapa inicial é essencial para dimensionar corretamente os serviços do HDES, como o número de camas de cuidados intensivos ou de cirurgia, com base na ocupação e nas necessidades identificadas.

A Sra. Secretária destacou ainda que, no caso da medicina interna e da cirurgia, estas áreas já operavam acima de 100% de ocupação, o que será tido em conta no programa funcional. Quanto à escolha de duas empresas, justificou que esta decisão foi técnica e visou obter uma perspetiva crítica e abrangente. Uma das empresas é liderada pelo arquiteto responsável pelo projeto arquitetónico do HDES, Ilídio Pelicano, o que reforça o alinhamento do programa funcional com o futuro projeto do hospital.

Sobre a questão da declaração de calamidade, esclareceu que esta não se aplica a equipamentos em si, mas sim a todo o processo administrativo e burocrático, permitindo uma simplificação de procedimentos para obras, aquisições e outros investimentos enquanto estiver em vigor.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) agradeceu os esclarecimentos, mas reforçou a sua dúvida sobre quais aquisições, quer de equipamentos, quer de obras, estão a ser facilitadas pela aplicação do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

estado de calamidade. Perguntou também sobre o prazo previsto para a conclusão dos dois programas funcionais e a sua entrega final ao Governo Regional.

A Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, respondeu que, enquanto o estado de calamidade estiver em vigor, todos os investimentos em obras, equipamentos e outros procedimentos administrativos podem ser simplificados, não havendo uma lista específica de itens abrangidos. Reforçou que o estado de calamidade serve precisamente para permitir maior celeridade nos processos, reduzindo a burocracia associada.

Quanto ao programa funcional, indicou que um dos estudos deverá ser entregue até ao final deste ano, enquanto o outro teve um pedido de prorrogação de prazo de 15 dias, prevendo-se que esteja concluído até ao final de outubro. Sublinhou que o Governo Regional dos Açores está empenhado em garantir que o programa funcional seja completo e rigoroso, para que o futuro do HDES esteja devidamente planeado.

Seguiu-se a intervenção do Deputado José Toste (PS) que iniciou a sua intervenção destacando que, ao longo da audição, surgiram diferentes opiniões sobre a relevância das tensões e divergências no Conselho de Administração do HDES. Sublinhou que, dada a importância desta instituição para a saúde em São Miguel e na Região Autónoma dos Açores, é crucial entender o impacto dessas tensões nas decisões tomadas.

Perguntou diretamente à Senhora Secretária se havia conhecimento sobre os motivos dessas tensões dentro do Conselho de Administração e o que as teria motivado, uma vez que a Diretora Clínica à época, atual Presidente do Conselho de Administração, já tinha mencionado a sua existência.

Relativamente ao renting dos equipamentos, o Deputado questionou se, após o fim do contrato de renting de 36 meses, os serviços associados, como manutenção e atualização de software, continuariam incluídos ou se seria necessário celebrar novos contratos para garantir a continuidade desses serviços.

Por fim, abordou o tema das listas de espera para cirurgias, exames e consultas, enfatizando que estas têm aumentado desde o incêndio. Questionou se haverá um programa extraordinário da Secretaria Regional da Saúde, incluindo produção adicional, para combater de forma efetiva este problema, tendo em conta que a lista de espera para cirurgias aumenta 2% ao mês.

A Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social respondeu começando por rejeitar a acusação de comprometimento do futuro da saúde com a decisão de instalar o hospital modular. Afirmou que o verdadeiro comprometimento ocorreu no passado, quando o setor da saúde acumulou uma dívida de 960 milhões de euros, herdada pelo atual Governo no final de 2020. Destacou que essa dívida não resultou de investimentos eficazes, uma vez que infraestruturas, equipamentos e recursos humanos não foram devidamente mantidos ou melhorados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Sobre as tensões no Conselho de Administração, reiterou que nunca recebeu da anterior Presidente do Conselho de Administração qualquer comunicação indicando constrangimentos relacionados com a estratégia definida. Afirmou que a tutela não participa nas reuniões do Conselho de Administração do HDES, dada a autonomia administrativa e financeira dos hospitais, mas sublinhou que a Presidente do Conselho de Administração, ou outros membros, podem manifestar-se livremente sobre estas questões.

Relativamente ao renting, a Senhora Secretária Regional reafirmou que o contrato é semelhante ao de renting de veículos, incluindo serviços como manutenção e atualização durante os 36 meses. Explicou que, após o término do contrato, a continuidade desses serviços dependerá de novos contratos ou de um upgrade dos equipamentos, que será avaliado na altura.

Sobre as listas de espera, reconheceu o aumento mensal de 2% desde o incêndio do HDES, mas sublinhou que há um compromisso do Governo Regional em recuperar esta situação. Informou que está a ser implementado um programa extraordinário de produção adicional, que inclui a realização de cirurgias em dias não habituais, como domingos. Reforçou que a prioridade do Governo é restaurar a capacidade cirúrgica anterior ao incêndio e que estão a ser alocados recursos significativos para alcançar este objetivo no próximo ano.

Em réplica, o Deputado José Toste (PS) insistiu na questão das tensões no Conselho de Administração, pedindo mais esclarecimentos sobre como estas poderiam ter influenciado a tomada de decisões estratégicas para o HDES. Questionou se a falta de comunicação sobre estas tensões reflete um problema de articulação entre a tutela e a administração do hospital.

Por fim, enfatizou a importância de garantir que o renting não se torne financeiramente mais oneroso no longo prazo e pediu mais detalhes sobre os custos associados à manutenção e atualizações futuras dos equipamentos após o término do contrato de renting.

No uso da contra-réplica, a Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, reiterou que não houve qualquer comunicação formal por parte da anterior Presidente do Conselho de Administração sobre tensões ou constrangimentos em relação à estratégia definida. Frisou que o modelo de governança atual respeita a autonomia dos hospitais-

Quanto ao renting, voltou a sublinhar que este modelo é financeiramente sustentável no contexto atual e que as decisões futuras sobre manutenção ou upgrades de equipamentos serão tomadas com base nas necessidades do HDES e nas condições financeiras disponíveis. Reforçou que a escolha do renting foi feita com base na análise de custo-benefício e na urgência de garantir equipamentos modernos e funcionais para o hospital modular.

Nesta fase, a Sra. Secretária Regional passou a palavra à Presidente do Conselho de Administração, Dra. Paula Macedo, que começou por agradecer a oportunidade para responder diretamente às questões levantadas, em particular pela intervenção do Senhor Deputado José Toste (PS), que



mencionou tensões no Conselho de Administração. Reconheceu que, apesar de estar presente para acompanhar a audição, considerou importante prestar esclarecimentos pessoais sobre os pontos diretamente relacionados consigo.

Começou por sublinhar que o foco atual deve ser no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), dado o estado de calamidade em que se encontra, e não em possibilidades futuras relacionadas com o hospital modular. Apontou que, apesar de ser uma estrutura móvel com potencial de utilização noutras ilhas, o hospital modular deve ser, no momento, encarado como uma resposta emergencial para o HDES e a Região Autónoma dos Açores.

Relativamente às alegadas tensões no Conselho de Administração do HDES, a Dra. Paula Macedo confirmou a existência de tensões no Conselho de Administração, mas esclareceu que essas tensões fazem parte do normal funcionamento de um órgão colegial. Afirmou que, desde o início da sua participação no Conselho de Administração, em março de 2023, todas as decisões foram discutidas, muitas vezes intensamente, mas sempre com o objetivo de alcançar uma decisão final consensual.

Ressaltou que o funcionamento do Conselho segue o princípio de colegialidade, onde diferentes opiniões são esperadas, mas que o resultado final deve refletir uma posição convergente. Realçou que as decisões, especialmente após o incêndio, foram predominantemente clínicas e que a estratégia adotada para o HDES foi traçada com base em perfis clínicos e segurança dos utentes.

A Dra. Paula Macedo aproveitou para esclarecer comentários feitos anteriormente sobre o renting de equipamentos. Neste particular, reafirmou que a necessidade de adquirir equipamentos para o hospital modular foi urgente e não permitia outras soluções. Explicou que a "ginástica financeira" mencionada referia-se à necessidade de adequar os recursos disponíveis à aquisição dos equipamentos necessários, dado o elevado custo e o volume de materiais essenciais.

Sublinhou que o hospital modular é uma solução necessária e que está a ser planeado para oferecer suporte total ao HDES, garantindo segurança e reduzindo o risco clínico para os utentes. Apontou que não é viável retomar todas as operações no edifício original do HDES sem comprometer a segurança dos doentes e profissionais. Por isso, a decisão de apostar no hospital modular visa garantir espaço, funcionalidade e, sobretudo, segurança.

Por fim, a Dra. Paula Macedo concluiu a sua intervenção reiterando que as tensões dentro do Conselho de Administração nunca impediram a tomada de decisões estratégicas para o HDES, considerando que essas discussões são naturais e fazem parte de um processo saudável de tomada de decisões num órgão colegial.

Agradeceu a oportunidade de esclarecer os pontos levantados e destacou a importância de manter o foco na recuperação do HDES e na segurança dos utentes e profissionais de saúde.



O Deputado José Toste (PS) iniciou a sua réplica esclarecendo que a questão da mobilidade do hospital modular não foi introduzida por ele, mas pela própria Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social em audições anteriores na Comissão de Assuntos Sociais. Reforçou que a característica móvel da infraestrutura foi mencionada como uma possibilidade futura, embora ainda não tenha sido utilizada na sua totalidade.

Relativamente ao renting, reiterou a necessidade de respostas claras sobre o que acontecerá ao fim do contrato de 36 meses, nomeadamente se a manutenção e as atualizações continuarão incluídas ou se será necessário celebrar novos contratos para garantir estes serviços. Questionou ainda qual será o custo final dos equipamentos após o período de renting e pediu um comparativo entre o custo total do renting e o custo de uma aquisição a pronto pagamento.

Sobre as listas de espera, o Deputado expressou preocupação com a falta de respostas concretas sobre um programa excecional para a sua recuperação. Argumentou que é fundamental combater este problema de forma estruturada, especialmente dado o impacto do aumento de 2% ao mês nas listas de espera cirúrgicas.

Por fim, abordou a dívida da Saudaçor, afirmando que esta é uma dívida da Região Autónoma dos Açores e não do setor da saúde. Ressaltou que a dívida resultou de investimentos na área da saúde, como o Centro de Saúde da Madalena, o Centro de Saúde de Ponta Delgada e o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT). Defendeu que esses investimentos foram úteis e reforçam a necessidade de consensos políticos na definição do futuro do HDES, para que soluções possam ser implementadas com estabilidade a longo prazo.

Em contra-réplica, a Senhora Secretária Regional, Dra. Monica Seidi, começou por responder à questão do renting, reafirmando que, ao fim de 36 meses, será necessário avaliar as condições dos equipamentos e decidir sobre eventuais contratos adicionais para manutenção e atualização. Explicou que o renting foi escolhido como solução devido à urgência e à necessidade de adquirir equipamentos modernos, incluindo serviços complementares, dentro de um quadro financeiro definido. Destacou que o Governo Regional priorizou a funcionalidade imediata e garantiu que a decisão foi tomada com base em critérios técnicos e financeiros.

Relativamente às listas de espera, a Secretária afirmou que o Governo já alocou uma verba de 4 milhões de euros no Plano de Investimentos de 2024 para a recuperação de listas de espera cirúrgicas, consultas e exames. Reiterou que estão previstos programas específicos, como a produção adicional em blocos operatórios, para reduzir o impacto do incêndio no HDES. No entanto, criticou a falta de propostas concretas por parte do Partido Socialista, afirmando que seria útil receber contribuições detalhadas sobre como atingir estas metas.

Quanto à dívida da Saudaçor, a Secretária refutou a ideia de que representou investimento eficaz. Apontou que infraestruturas como o Centro de Saúde da Madalena carecem de manutenção



adequada e que muitas das obras realizadas sob a gestão anterior apresentaram falhas significativas de conceção. Destacou que o Governo atual corrigiu erros em projetos herdados e que novos investimentos, como o Centro de Saúde das Lajes do Pico e o Centro de Saúde da Ribeira Grande, estão a ser preparados com maior rigor técnico e alinhamento com as necessidades reais das populações.

Acrescentou ainda, que o Governo da Coligação está empenhado em melhorar as infraestruturas e serviços de saúde da Região, garantindo soluções sustentáveis e seguras para os utentes, sem comprometer a qualidade dos cuidados ou a estabilidade financeira da Região.

A Senhora Secretária Regional da Saúde, na continuação da sua intervenção, reforçou a abordagem sobre os investimentos que estão a ser realizados no setor da saúde, mencionando que no Hospital da Horta está em curso uma obra significativa que proporcionará melhores condições para os utentes e profissionais de saúde. Sublinhou que muitos dos investimentos atuais surgem como resposta a lacunas herdadas de governos anteriores.

Em relação ao HDES, destacou que a necessidade de substituição do sistema automático de deteção de incêndios era já conhecida desde 2014, durante a gestão da Saudaço. Afirmou que existem relatórios escritos que identificam esta necessidade e que foram remetidos à Saudaço, mas nunca tiveram seguimento. Questionou de quem seria a responsabilidade por esta falha, visto que o problema foi identificado, mas não resolvido.

A Secretária afirmou que a ausência de ações concretas na altura comprometeu a segurança do HDES e que estas questões deveriam ser ponderadas antes de criticar as decisões do atual Governo. Reiterou que a gestão socialista foi marcada por uma falta de investimento adequado no Serviço Regional de Saúde, tanto em infraestruturas quanto em equipamentos, e que este legado dificulta o trabalho das administrações atuais.

A Secretária concluiu reafirmando o compromisso do Governo em continuar a melhorar a qualidade e a segurança do serviço regional de saúde, corrigindo erros do passado e implementando soluções inovadoras para o futuro.

O Deputado António Lima (BE) iniciou a sua intervenção, nesta segunda ronda, solicitando esclarecimentos sobre três temas principais.

Primeiro, questionou a elegibilidade dos custos associados ao hospital modular, incluindo equipamentos e encargos financeiros como juros, para a comparticipação pela República. Solicitou clarificação sobre se esses custos são ou não elegíveis na totalidade.

Em segundo lugar, abordou o prazo para o início das intervenções no corpo principal do HDES. Perguntou qual seria o calendário estimado para o início e conclusão das obras, após a conclusão do programa funcional e das fases subsequentes de contratação pública. Reiterou a importância de dar previsibilidade ao processo.



Finalmente, perguntou por que razão foi encerrado o Serviço de Atendimento Urgente no Centro de Saúde da Lagoa, que havia sido aberto após o incêndio no HDES, uma vez que a medida visava reduzir a pressão sobre o serviço de urgência hospitalar.

A Senhora Secretária iniciou a sua resposta esclarecendo a elegibilidade dos custos associados ao hospital modular. Afirmou que a resolução do Conselho de Ministros que assegura o apoio da República ao HDES é clara quanto à comparticipação de custos relacionados com a retoma da atividade assistencial. Saliu que tal inclui a aquisição de equipamentos, necessários para essa retoma, e que, portanto, esses custos são elegíveis.

Sobre o início das obras no corpo principal do HDES, reiterou que se trata de um projeto de elevada complexidade, envolvendo mais de 40 projetos de especialidades técnicas. Informou que, embora ainda não seja possível estabelecer uma data exata para o início das intervenções, é intenção do Governo Regional que as obras comecem em 2025. No entanto, frisou que a prioridade é garantir a qualidade e a segurança do projeto, o que exige tempo e rigor nas etapas de planeamento.

Relativamente ao encerramento do Serviço de Atendimento Urgente no Centro de Saúde da Lagoa, explicou que este foi criado como uma resposta imediata à emergência decorrente do incêndio no HDES, com o objetivo de atender casos de menor complexidade. No entanto, dados estatísticos recentes mostraram que, especialmente durante o período noturno, a procura não justificava a sua manutenção. Destacou que a população da Lagoa continua a ter acesso ao Serviço de Apoio Complementar (SAC), que funciona das 8h30 às 20h30, oferecendo consultas não programadas para situações de menor gravidade. Reforçou que esta decisão foi tomada de forma a otimizar os recursos humanos disponíveis, considerando as necessidades geográficas e a eficácia na resposta aos utentes.

No uso da réplica, o Deputado António Lima (BE) retomou a palavra para insistir que o Governo precisa de ser mais transparente e assertivo na previsão de prazos para o início e conclusão das obras no HDES. Reforçou que a população necessita de previsibilidade sobre o futuro da principal infraestrutura de saúde da Região.

Sobre o encerramento do Serviço de Atendimento Urgente da Lagoa, questionou se a decisão não prejudica os esforços para aliviar a pressão sobre a urgência do HDES, considerando que a capacidade de resposta do hospital ainda está limitada.

A Senhora Secretária reiterou que a complexidade do projeto de requalificação do HDES exige cautela e rigor. Afirmou que, ao optar por uma obra de fundo, o Governo Regional está a priorizar uma solução sustentável e eficaz a longo prazo. Reconheceu que a previsão de prazos é essencial, mas lembrou que a conclusão do programa funcional e dos projetos de especialidade são passos indispensáveis antes do início das intervenções.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Quanto ao encerramento do Serviço de Atendimento Urgente na Lagoa, reforçou que a decisão foi baseada em dados que mostraram uma diminuição na procura, especialmente durante a noite. Destacou que o Serviço de Apoio Complementar está a suprir adequadamente as necessidades de consultas não programadas e que a gestão de recursos humanos deve ser otimizada para atender às prioridades da Região. Concluiu que a resposta dada à população da Lagoa continua eficaz e alinhada com os objetivos gerais de gestão de recursos no sistema de saúde.

Seguidamente inscreveu-se a Deputada Délia Melo (PSD) que iniciou a sua intervenção mencionando o recente acordo de parceria e sem precedentes, assinado na Região, que envolve diversos parceiros. Referiu que, no âmbito desse acordo, foi incluída a criação de um Centro Tecnológico Universitário de Saúde.

Neste contexto, perguntou à Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social quais as vantagens desta iniciativa e se acredita que o centro poderá contribuir para a formação e retenção de profissionais de saúde na Região. Acrescentou que já havia colocado a questão à Dra. Paula Macedo, mas gostaria de ouvir a visão da Senhora Secretária sobre o tema.

Em resposta a Senhora Secretária começou por salientar que o Governo Regional apoia plenamente todas as iniciativas que promovam a evolução e a melhoria do setor da saúde. Relembrou que, em maio, numa entrevista à RTP Açores, já havia defendido que o futuro do HDES deveria incluir um Centro Hospitalar Universitário, como parte de uma estratégia de diferenciação e desenvolvimento.

A Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social explicou as vantagens associadas à criação de um Centro Tecnológico Universitário de Saúde nos Açores, destacando o seu impacto estratégico para a Região. Referiu que esta iniciativa poderia contribuir significativamente para a fixação de recursos humanos qualificados, criando condições mais atrativas para profissionais diferenciados que poderiam escolher os Açores como local de trabalho e desenvolvimento profissional.

Sublinhou ainda que o Centro Tecnológico permitiria a expansão do ensino médico integral na Região. Acrescentou que atualmente, a Universidade dos Açores oferece a licenciatura em Medicina apenas até ao terceiro ano. Com a criação deste Centro, seria possível alargar a formação médica para os seis anos, tal como já acontece na Região Autónoma da Madeira, permitindo que os estudantes realizem todo o seu percurso académico nos Açores.

A Senhora Secretária destacou também que este Centro Tecnológico desempenharia um papel essencial na formação e retenção de profissionais de saúde. A possibilidade de completar a formação médica e realizar o internato complementar na Região aumentaria a probabilidade de os recém-formados permanecerem nos Açores, contribuindo para reforçar o Serviço Regional de Saúde.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Outra vantagem referida foi a incorporação de tecnologias de simulação biomédica, consideradas uma ferramenta crucial para a formação contínua e a especialização dos profissionais de saúde. Este elemento reforçaria a capacidade de resposta e inovação no setor da saúde regional.

Concluiu afirmando que o Governo Regional, em colaboração com os parceiros do setor, está comprometido em garantir a implementação do Centro Tecnológico Universitário de Saúde, reconhecendo-o como uma iniciativa de grande relevância para o desenvolvimento e diferenciação do sistema de saúde nos Açores.

Na abertura da terceira ronda, a Deputada Hélia Cardoso (CH) questionou a Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social sobre os prazos relacionados com o hospital modular e as obras estruturais no edifício principal do HDES. Referiu que, durante as comissões e uma visita ao hospital, teve a perceção de que, aproveitando o estado de calamidade e a simplificação de procedimentos, como a dispensa de concursos públicos, as obras estruturais no HDES seriam realizadas rapidamente, permitindo que começassem ainda em 2025. No entanto, afirmou que tem notado indícios de que os prazos podem estar a deslizar devido à complexidade do processo, às dificuldades logísticas da região e à demora na resposta de fornecedores. Questionou diretamente se a grande intervenção estrutural no HDES está confirmada para 2025 e se já foram contactadas empresas de construção civil para verificar a sua disponibilidade para essa obra.

Seguiu-se o Deputado José Toste (PS) dirigiu-se à Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, com o intuito de obter esclarecimentos sobre questões relacionadas com o incêndio no HDES e os procedimentos adotados em ajustes diretos.

Relativamente ao relatório preliminar sobre os prejuízos decorrentes do incêndio de 4 de maio de 2024, o Deputado referiu que, na nota prévia, estava indicado que o relatório final seria entregue antes do período legislativo de setembro. Contudo, com o término dos períodos legislativos de setembro e outubro, questionou diretamente quando o relatório final será enviado à Assembleia Legislativa Regional.

O Deputado também abordou declarações anteriores da Senhora Secretária na Assembleia Legislativa, nas quais esta havia afirmado que proporia a elaboração de um relatório independente e detalhado sobre as causas do incêndio. Perguntou se este relatório já foi elaborado, quem seria o responsável pela sua elaboração e qual o prazo para a sua disponibilização à Assembleia Legislativa.

Por fim, questionou sobre os ajustes diretos realizados no âmbito do hospital modular, nomeadamente na terraplanagem e na aquisição de equipamentos. Indagou se, em conformidade com as recomendações do Tribunal de Contas, foram convidados ou solicitados orçamentos a mais de uma entidade, mesmo tratando-se de ajustes diretos, para assegurar transparência e boa gestão dos recursos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Senhora Secretária Regional da Saúde, Dra. Mónica Seidi, respondeu às questões levantadas começando por esclarecer que relativamente à intervenção no corpo principal do HDES, é impossível avançar com datas concretas enquanto não forem dados passos essenciais, começando pela conclusão do programa funcional, que deverá estar pronto até ao final do ano. Explicou que este programa é fundamental para identificar as necessidades e orientar as alterações arquitetónicas a serem realizadas no hospital. Reiterou que o projeto de arquitetura não será de raiz, mas sim uma reorganização e redimensionamento do hospital atual, a cargo do arquiteto Ilídio Pelicano, responsável pelo projeto original do edifício.

Ressaltou que, após a finalização do programa funcional, será necessário elaborar um projeto de execução da obra, reconhecendo a sua complexidade. Afirmou que a intenção do Governo Regional é que as obras comecem em 2025, idealmente no primeiro semestre, mas destacou que não seria correto garantir prazos rígidos devido à magnitude e às especificidades do projeto. Também alertou que o estado de calamidade não estará em vigor durante todo o ano de 2025, o que poderá influenciar os prazos e procedimentos.

Quanto ao relatório final dos prejuízos do incêndio, confirmou que o documento ainda não foi entregue, pois, o grupo de trabalho responsável ainda está em funções e algumas ações estão em curso. Esclareceu que o relatório entregue anteriormente na Assembleia Legislativa se refere a custos iniciais do incêndio, relacionados principalmente com danos materiais. Acrescentou que a única variação potencial diz respeito aos honorários de profissionais de saúde contratados para suprir necessidades emergentes e que os custos com equipamentos, que não estavam contemplados no relatório inicial, terão impacto no relatório final.

Relativamente aos ajustes diretos, explicou que a opção foi manter o regime inicial, trabalhando com as mesmas entidades e baseando-se na disponibilidade destas para responder de forma célere às necessidades impostas pela situação de calamidade. Enfatizou que a pressão no setor da saúde exige respostas rápidas e que a escolha das entidades foi feita considerando essa premissa. A última intervenção foi do Deputado Carlos Silva (PS) que começou por abordar a questão do consenso e da colaboração entre o Partido Socialista e o Governo Regional, sublinhando a disponibilidade do PS desde a primeira hora para encontrar soluções conjuntas em torno do investimento no HDES. O Deputado destacou que, para um consenso efetivo, é essencial que o Governo Regional disponibilize toda a informação relevante, o que, segundo ele, não tem acontecido de forma plena. Referiu que a Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, mencionou que o projeto envolveria cerca de 40 especialidades técnicas e reforçou que essa informação é relevante para um entendimento mais profundo do processo.

O Deputado Carlos Silva (PS) também questionou sobre o valor comercial dos equipamentos abrangidos pelo contrato de renting no final do prazo contratual, uma questão que afirmou ainda



não ter sido esclarecida. Por fim, referiu-se a um relatório de peritos e engenheiros que recomendava a criação de uma equipa técnica especializada na área de engenharia para o HDES e perguntou se essa equipa já foi constituída ou se os procedimentos para a sua contratação já foram iniciados.

A Senhora Secretária Regional, Dra. Mónica Seidi, começou por esclarecer que o valor comercial dos equipamentos abrangidos pelo contrato de renting é de 10,9 milhões de euros, acrescido de IVA. Sobre a recomendação de uma equipa de engenharia, informou que foi estabelecido um protocolo entre o HDES e o Hospital de Santa Maria, em Lisboa. No âmbito desse protocolo, uma equipa de engenheiros liderada pelo Engenheiro Nuno, diretor do Serviço de Instalações e Equipamentos do Hospital de Santa Maria, tem-se deslocado regularmente aos Açores para apoiar o HDES. Essa equipa inclui um engenheiro civil, um engenheiro eletrotécnico e uma engenheira biomédica, que também auxiliou na contratualização dos equipamentos de renting, utilizando a experiência de Santa Maria, onde essa modalidade é aplicada regularmente.

Relativamente à questão da complexidade dos projetos de engenharia, a Secretária reiterou que esta é uma obra de grande envergadura, mas que o Governo ainda não possui projetos formais porque eles dependem da conclusão do programa funcional. Explicou que qualquer informação relacionada com os projetos de engenharia não está a ser ocultada, mas que simplesmente ainda não existe de forma oficial ou formal.

A Senhora Secretária reafirmou que, até ao momento, o Governo Regional não recebeu propostas concretas do Partido Socialista para ajudar a resolver a situação do HDES. Referiu que a ideia de combater as listas de espera é uma preocupação que o Governo já reconhece, mas salientou que esperava do maior partido da oposição uma materialização concreta dessas ideias.

Por fim, abordou uma questão levantada anteriormente sobre a aquisição de um terreno, respondendo a alegações de que teria faltado com a verdade. Afirmou que o contrato de promessa de compra e venda foi assinado no cartório da Ribeira Grande no dia 4 de julho de 2024, na presença do proprietário do terreno, da sua esposa e do seu filho. Esclareceu que foi pago 10% do valor do terreno na assinatura do contrato e destacou que nunca mencionou a realização de uma escritura, mas apenas do contrato de promessa. Reforçou que essa informação pode ser comprovada e rejeitou categoricamente qualquer insinuação de falta de veracidade nas suas declarações.



CAPÍTULO III
CONCLUSÕES E PARECER

Atenta a natureza das audições realizadas, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade aprovar o presente relatório.

Horta, 18 de dezembro de 2024

A Relatora

Inês Soares de Oliveira e Sá

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Sandra Costa Dias